



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

WALDELUCIA DE JESUS SANTOS TAVARES

**A ESCOLARIZAÇÃO DOS SURDOS INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO
NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SERGIPE: DESAFIOS E EXPECTATIVAS DE
AVANÇOS PROFISSIONAIS**

**Itabaiana
2021**

WALDELUCIA DE JESUS SANTOS TAVARES

**A ESCOLARIZAÇÃO DOS SURDOS INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO
NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SERGIPE: DESAFIOS E EXPECTATIVAS DE
AVANÇOS PROFISSIONAIS**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, do Departamento de Educação do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Ma. Daisy Mara Moreira de Oliveira

**Itabaiana
2021**

WALDELUCIA DE JESUS SANTOS TAVARES

**A ESCOLARIZAÇÃO DOS SURDOS INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO
NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SERGIPE: DESAFIOS E EXPECTATIVAS DE
AVANÇOS PROFISSIONAIS**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, do Departamento de Educação do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a. Ma. Daisy Mara Moreira de Oliveira

Aprovada em: 02 de fevereiro de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dra. Mônica Andrade Modesto
Universidade Federal de Sergipe-UFS

AGRADECIMENTOS

- A “Deus” imensamente, pela graça da perseverança no decorrer deste trabalho, por ter me concedido a fonte de inspiração, discernimento, inteligência e disposição necessária, para finalizá-lo.
- Aos meus pais, Givaldo Santos e Maria Vilma, que sempre estiveram presentes neste percurso educacional, por todo incentivo e apoio, e o principal, pelo belo exemplo de vida.
- Ao meu esposo, José Edenilton Tavares Silva, meu querido companheiro, pelo apoio, paciência e compreensão durante esta jornada.
- Aos meus amados filhos, Willon e Maria Wirllayne, minha dádiva divina, pelos estímulos dados a mim, nos momentos exaustivos, esta conquista também é de vocês!
- Aos meus irmãos, Waldson, Waldjane e Wagner, que sempre me incentivaram e me apoiaram na trajetória do curso, pelo carinho e atenção aos meus desabafos.
- Às minhas cunhadas Adriana e Karina, e meu cunhado Givanildo, pela atenção e apoio que sempre tiveram comigo.
- À minha orientadora, Prof.^a Ma. Daisy Mara Moreira de Oliveira, pelas contribuições e conhecimentos relevantes dados no decorrer do trabalho.
- Às minhas amigas, Lilian, Aparecida e Camila por estarem presentes neste momento, dando-me força, quando precisei. Às parceiras que a UFS me proporcionou especialmente, Letícia, Amanda, Cris, Rita e Luana pelos 05 (cinco anos) de parceria, sempre uma dando apoio.
- Aos Surdos e suas respectivas mães, participantes da pesquisa, pela satisfação em contribuir com este estudo.
- A todos os meus familiares tios, primos, em especial, aos meus sobrinhos Júnior, Walber, Heloísa, meu pequeno Vitor, Pe. Antônio e a minha vizinha, que sempre torceram por mim.
- Aos queridos professores da UFS, pela dedicação e por ter contribuído com seus conhecimentos.

“O tempo que levamos dizendo que para haver alegria na escola é preciso primeiro mudar radicalmente o mundo é o tempo que perdemos para começar a inventar e a viver a alegria.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo aborda sobre o percurso histórico da educação destinada aos surdos, desde a antiguidade até os dias atuais, sendo esse o ponto de partida para compreendermos o processo educacional, por qual passaram esses indivíduos, com suas lutas, dificuldades, expectativas de avanço e conquistas. No decorrer desse estudo mencionamos as leis e decretos que asseguram aos surdos, os direitos de acessibilidade a uma educação inclusiva, cujo objetivo é corresponder suas especificidades, e conseqüentemente, que lhes permitam adentrar ao mercado de trabalho, de forma igualitária perante os demais ouvintes. Esta pesquisa tem como objetivo investigar o processo de escolarização de um grupo com cinco surdos que trabalham em uma empresa atacadista, no município de Itabaiana/Se, e tentar elucidar se os cargos exercidos por eles, estão relacionados ao seu nível de escolaridade. Neste trabalho, adotou-se como metodologia a pesquisa qualitativa, por intermédio de aplicação de questionário com os surdos, e entrevista com suas respectivas famílias. Após análise das informações, constatamos que, se encontram em atraso educacional, e que os mesmos não manifestam nenhuma perspectiva de retorno à sala de aula, isso devido, à ausência de uma educação inclusiva, que contemple suas necessidades. E no âmbito profissional observamos, que esses indivíduos, adentraram no mercado de trabalho, por meio da lei de cotas. Sendo assim, é assegurada a garantia de direitos perante a lei, mas que deixa inquietações sobre as causas no tocante ao exercício de cargos igualitários aos de pessoas ouvintes.

Palavras Chaves: Surdo; Inclusão; Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

The present study addressed the historical path of education for the deaf from antiquity to the present day, this being the starting point for understanding the educational process, which these individuals went through, with their struggles, difficulties, expectations of advancement and achievements. In the course of this study, we mentioned the laws and decrees that guarantee the deaf accessibility rights, to an inclusive education, whose objective is to match their specificities, and consequently, that allows them to enter the job market in an equal way before other listeners. This research aims to investigate the schooling process of a group with (05) five deaf people who work in a wholesale company, in the municipality of Itabaiana/Se, and try to elucidate whether the positions held by them are related to their level of education. In this work, qualitative research was adopted as a methodology, through the application of a questionnaire with the deaf, and interviews with their respective families. After analyzing the information, we found that the deaf people surveyed are in educational backwardness, and that they do not show any prospect of returning to the classroom, due to the lack of an inclusive education that addresses their needs. And in the professional field, we observed that these individuals entered the labor market through the quota law, thus confirming the guarantee of rights guaranteed under the law, but that leaves concerns about why they are unable to exercise equal positions to listeners.

Keywords: Deaf; Inclusion; Labor Market.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro1 –	Aplicação de questionário	33
	
Quadro 2 –	Perguntas e respostas de acordo com a entrevista feita com as mães dos surdos.....	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROPORCIONADA AOS SUJEITOS SURDOS: DA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS.....	15
	2.1 Histórico da Educação dos Surdos no Brasil na Proposta de Educação Inclusiva	15
	2.2 A Educação dos Surdos em Sergipe	18
	2.3 Propostas Educacionais para os Surdos na História	19
	2.3.1 Oralismo	19
	2.3.2 Comunicação Total	20
	2.3.3 Bilinguismo	21
3	LEIS E DECRETOS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL PARA OS SURDOS E MERCADO DE TRABALHO	22
	3.1 Avanços Legais no Brasil em prol da Inclusão do sujeito deficiente auditivo	22
	3.2 A proposta inclusiva no Brasil	26
	3.3 Aparato legal para o surdo no mercado de trabalho	30
4	DISCUSSÕES E RESULTADOS DA COLETA DE DADOS	32
	4.1 Objeto e instrumento de pesquisa	32
	4.2 Apresentação dos dados	32
	4.3 Análise e discussão da coleta de dados	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
	Referências	53
	Apêndices	56

1 INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar essa temática, nesse momento histórico, surgiu a partir da observância que tivemos ao nos deparar com vários sujeitos surdos atuando no mercado de trabalho no município de Itabaiana/Se, no qual percebemos em seu cotidiano profissional que, a maioria deles exercem apenas cargos voltados para o trabalho braçal. Isto levou a algumas inquietações acerca dessa realidade. A partir dessa percepção fomos motivados a questionar o porquê de esses sujeitos surdos serem os protagonistas de tal cenário tão desigual diante dos demais indivíduos, ou seja, os ouvintes. Será que esse contexto está relacionado à falta de uma elevada escolarização que oportunize aos surdos atuarem em outros cargos?

Perante esta indagação voltamo-nos a averiguar qual tem sido a educação destinada a este público. Neste sentido, há uma grande necessidade de conhecermos a realidade do processo de escolarização dos surdos, que estão inseridos no mercado de trabalho no município de Itabaiana/Se, no qual é perceptível a presença de alguns deles, ocupando cargos voltados apenas para o trabalho braçal, visto que, não precisam de um nível elevado de escolarização para assumirem tal função.

Diante da ausência do surdo em cargos que exigem uma maior qualificação profissional, que oportunize uma elevação de cargos e salários, como também, de acesso a este indivíduo a uma Universidade, no município de Itabaiana/Se, levantamos a seguinte hipótese: As escolas, promovem uma educação baseada na inclusão na qual esses alunos podem ter a garantia do acesso igualitário nas turmas regulares de ensino, ofertando um ensino de qualidade e uma aprendizagem significativa, como propõe a lei de inclusão para que possam disputar no mercado de trabalho em pé de igualdade com os ouvintes.

Diante destas inquietações, propomos uma pesquisa que tem como objetivo geral: evidenciar a realidade da escolarização dos surdos, no município de Itabaiana/Se, a partir da inserção no mercado de trabalho, e suas expectativas profissionais. Para alcançarmos nosso objetivo delineamos os seguintes objetivos específicos: Conhecer o percurso histórico da educação proporcionada aos sujeitos surdos; identificar as dificuldades dos alunos surdos para escolarização, como também a ausência de oportunidade no tocante à concorrência de acesso no mercado de trabalho; e por fim, analisar dados para averiguar informações acerca da realidade escolar dos surdos, e sua inserção no mercado de trabalho, por meio da pesquisa de campo.

Justificamos a importância de pesquisarmos a inserção dos surdos na área de trabalho uma vez que a temática é considerada de grande relevância para a formação acadêmica, porque enquanto futuro profissional da educação, pretendemos visionar a realidade atual da educação dos surdos.

Já no âmbito social é necessário apresentar um estudo que desperte a curiosidade de todos a conhecerem o contexto dos surdos inseridos no mercado de trabalho, e conseqüentemente estimule o interesse na busca de informações voltadas para esses sujeitos presentes em nosso cotidiano, de forma que possa contribuir para sua inclusão ao meio, de forma igualitária, pois sabemos que a surdez não incapacita seu raciocínio, todavia, não impossibilita os surdos a desenvolverem suas habilidades manuais e intelectuais.

Sendo assim, a lei brasileira de inclusão 13.146/2015 sobre educação garante a seus cidadãos que:

A educação constitui um direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, n.p.).

Corroborando com essa percepção, deve-se recorrer a implementação de políticas educativas nas escolas, ofertando possibilidades para contribuírem no desenvolvimento educacional desses alunos, para o acesso à Língua Brasileira de Sinais- Libras, sua língua materna, assim como, a profissionais formados para atenderem essa demanda. Se a educação é direito, isto dentro de um sistema inclusivo, em todos os níveis como afirma a lei, por que as estatísticas mostram que no Brasil o número de surdos que conseguem adentrar a uma universidade ainda é pequeno. (IBGE, 2010)

Pretensiosamente há uma necessidade de investigar a realidade da escolarização dos surdos que estão atuando no mercado de trabalho no município de Itabaiana/Se, pois é de grande relevância para uma melhor compreensão a respeito dos fatores que dificultam à continuação, conclusão ou para alguns, o retorno às salas de aula, dificultando o acesso dos mesmos aos variados cargos no mercado de trabalho do município.

A proposta deste estudo é justamente produzir informações sobre essa realidade escolar dos sujeitos surdos inseridos nesse ambiente profissional, visto que contribuem para elucidarem alguns questionamentos acerca dessa temática, pois percebe-se com frequência nos estabelecimentos comerciais desse município, que os cargos destinados aos surdos, são aqueles que exigem atividades braçais.

Corroborando com essa afirmação, elucida Sá (2006, p.338):

[...] Aos surdos, quando muito, o que se tem oferecido são propostas de qualificação para o “mercado” de trabalho. A eles se entende que basta o subemprego, a sobrevivência, a exploração de sua “saúde física”. Negam-se as possibilidades e os sonhos de uma escolarização completa, superior, de uma vida produtiva e digna, na qualidade de cidadãos normais e capazes.

A autora afirma que ainda em nossos dias preserva-se um pensamento que vem percorrendo a história do sujeito surdo há décadas, ou seja, que este é incapaz de desenvolver atividades nas quais seja necessário utilizar a mente. Este contexto anterior, nos direciona para a visão do filósofo Aristóteles (384-329a.c). Este não acreditava que alguém que não falasse, possivelmente não pensava, já na Grécia (480-425a.c), a opinião sobre os surdos era focada na incapacidade de raciocinar, pois para aquela sociedade, esses sujeitos não tinham nenhuma serventia, ou seja, eram apenas vistos como um incômodo. (VELOSO e FILHO, 2009).

O percurso teórico-metodológico deste projeto baseou-se em um estudo de caso, que segundo (YIN, 2002, p.21). “[...] permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”. Sendo assim, a fonte de informação foi produzida pelo contato direto com os sujeitos surdos, diante disso, o estudo foi realizado com os funcionários surdos de uma empresa comercial atacadista situada no município de Itabaiana/Se, onde há um número considerado maior de surdos, que contribuiu de forma satisfatória para obtenção de informações para a pesquisa. Para tanto, desenvolvemos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o próprio surdo assinar concedendo participação na pesquisa, como também, recorreremos ao intérprete de libras. Sendo esse, convidado pelos próprios surdos para intermediar a comunicação durante a produção de dados. Diante disso, a obtenção de informações, ocorreu da seguinte forma: foi distribuído os questionários impressos para os participantes responderem, mas como os mesmos não dominavam a leitura e a escrita em português, o intérprete fazia a interpretação das perguntas para eles, e em seguida traduzia as respostas para o pesquisador transcreve-las para o questionário.

Os sujeitos dessa pesquisa foram 05 (cinco) funcionários surdos que trabalham no citado estabelecimento comercial. Logo, os instrumentos utilizados para a coleta dos dados centramos-nos em uma entrevista feita com a família dos surdos para compreender o processo de escolarização dos seus filhos surdos, bem como aplicação de um questionário com esses sujeitos, sendo esses disponíveis no apêndice deste trabalho, cujo objetivo foi produzir informações adicionais para a pesquisa, e quais seriam os anseios profissionais diante da realidade que se encontram.

Assim, mediante a aplicação do questionário com perguntas abertas e fechadas, cuja formulação foi baseada nas necessidades das informações a produzir, visto que, essas foram fundamentais para obter informações precisas para contribuir na pesquisa. Uma entrevista do tipo Padronizada, segundo Lakatos e Marconi (2003, p.197) “É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas”. Com isso, pretendemos analisar e identificar as possíveis causas e dificuldades que afetou a falta de estímulo dos surdos para prosseguirem no processo educativo, impossibilitando-os ao avanço escolar.

Quanto à abordagem da natureza dos dados a pesquisa é um estudo qualitativo, que segundo Rodrigues et al (2011, p.55) “é utilizada para investigar um determinado problema de pesquisa, cujos procedimentos estatísticos não podem alcançar devido à complexidade do problema como: opiniões, comportamentos, atitudes dos indivíduos ou grupos”. Assim, analisamos como esse grupo de sujeitos relata sua trajetória escolar, bem com suas expectativas diante da sua realidade.

O presente estudo teve como guia o método indutivo, que segundo Rodrigues et al (2011, p.139), “é aquele pelo qual, através de observações particulares, chega-se à afirmação de um princípio geral”.

Na pesquisa optamos pela modalidade do método exploratório, tendo como enfoque, investigar os possíveis entraves que interferiram no processo de escolarização desses sujeitos, é uma pesquisa de campo, porque estivemos em contato com o objeto de estudo; a pesquisa é também de cunho bibliográfico já que necessitamos do auxílio de livros, artigos de outros autores para fundamentar o estudo (LAKATOS E MARCONI, 2003).

Nesse sentido, para compreendermos melhor acerca das inquietações abordadas neste estudo, seu desenvolvimento está organizado da seguinte forma:

No capítulo 2 é apresentado sobre o percurso histórico da educação ofertada aos surdos e as propostas pedagógicas no Brasil. Neste capítulo as abordagens estão voltadas para o processo histórico da educação do surdo no Brasil e Sergipe, fazendo uma retrospectiva desde a antiguidade à atualidade, bem como a explanação das propostas educacionais proporcionadas aos surdos em determinada época, com o intuito de inclui-lo na sociedade.

No capítulo 3 serão apresentadas as leis e decretos de inclusão, que asseguram as pessoas com deficiência seus direitos, tanto no âmbito educacional, como o acesso ao mercado de trabalho, por intermédio de cotas. Sendo assim, conquistando um avanço muito significativo se compararmos a tempos remotos.

No capítulo 4, os resultados e discussões acerca da pesquisa. Neste capítulo será exposto todo resultado que obtivemos, através da produção de dados, com o intuito de compreendermos melhor o processo do presente estudo. Também foram analisadas as informações que coletamos por meio da aplicação do questionário realizado com os surdos que trabalham na empresa, bem como a entrevista feita com suas respectivas famílias.

2 PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROPORCIONADA AOS SUJEITOS SURDOS: DA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS

O presente item aborda a educação ofertada para os sujeitos surdos partindo de uma visão histórica geral (antiguidade) até o contexto atual de inclusão. A partir dessa historicidade poderemos averiguar quais ranços da história de inserção do sujeito surdo no meio social, educacional e do trabalho permanecem ainda presentes em nossa sociedade. Ainda abordaremos os métodos de ensino utilizados na educação das pessoas com surdez ao longo do tempo com o objetivo de compreender melhor o processo da educação destinado aos sujeitos surdos e sua importância para a inclusão educacional e social.

Desde a Antiguidade, o direito à educação era algo negado aos surdos, isso ocorria, segundo Honora e Frizanco (2009) porque acreditava-se que a fala seria a manifestação do pensamento, logo, se os surdos não falavam não eram considerados capazes de raciocinar. Desta forma, eram-lhes negados o direito à instrução.

Já na Idade Média, essa realidade começa a mudar. A partir dos religiosos que atuavam na educação dos surdos filhos dos nobres, iniciam-se algumas tentativas em educar os surdos para integrá-los à sociedade. Surgem então, alguns educadores interessados pela educação dos sujeitos surdos trazendo consigo algumas propostas pedagógicas que acreditavam serem as mais eficazes para alfabetizar os surdos, dentre elas temos; o oralismo, que estava centrada na aquisição da língua oral, para integração dos surdos na sociedade; a comunicação total voltada para a comunicação entre surdos e ouvintes, e entre surdos e surdos e por fim, o bilinguismo, que oportuniza o surdo de ser alfabetizado em sua própria língua materna, no caso a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e aprender a língua portuguesa como segunda língua .

Já na Modernidade e Pós-Modernidade, apesar das dificuldades e tentativas de educar os surdos, o cenário educacional atual obteve um avanço considerado se compararmos a tempos passados. Surgem as leis e decretos que oportunizam a todos a concessão de benefícios, a exemplo da Constituição Brasileira de 1988, na qual propõe uma educação para todos, assegurando direitos, de forma justa e igualitária.

2.1 Histórico da Educação dos Surdos no Brasil na Proposta de Educação Inclusiva.

No contexto brasileiro, em 1855, a educação dos surdos, recebeu uma grande contribuição, por intermédio do Imperador Dom Pedro I, o objetivo era proporcionar um trabalho educativo com os surdos. Para isso, solicitou a vinda do educador e ex-aluno Surdo

do instituto de Paris, Hernet Huet para o Brasil, para que esse pudesse contribuir no processo de escolarização. Ocorre a fundação do Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1857, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Eram instruídos por meio da Língua dos Sinais, porém, após o congresso de Milão passou a adotar gradativamente o oralismo puro. Em 1880, o congresso de Milão declarou a superioridade do método oral puro para a instrução dos surdos e, a partir daí o instituto foi implantando gradualmente o oralismo até abranger todas as turmas. (SOARES, 2005, p.39).

Na época, o diretor do instituto Dr. Menezes Vieira defendia o oralismo, pois segundo Honora e Frizanco (2009, p. 27): “nas relações sociais, o indivíduo Surdo usaria a linguagem oral e não a escrita sendo esta secundária para ele”. Além disso, “a fala seria o único meio de restituir o surdo-mudo na sociedade”.

Ainda sobre o Dr. Menezes Vieira contido no seu parecer em relação ao oralismo, Soares (2005), sugere a oralização do surdo como uma proposta acabada de educação. Isto é, o passo mais importante que o Instituto Nacional de surdos-mudos do Rio de Janeiro deveria dar em relação à educação do surdo era a adoção do método oral puro, pois, para ele, o aprender a falar era mais importante que o aprender a ler e escrever, já que o Brasil era um país de analfabetos.

Nessa percepção, entende-se haver a busca por uma justificativa para impor à oralidade na educação dos surdos, pois se o país não se encontrava em condições de progresso, como esses alunos surdos poderiam avançar no campo educativo?

Outro diretor do instituto foi o médico Tobias Rabello Leite. Contraditório a Vieira, que “argumentava que é desperdício alfabetizar um surdo num país de analfabetos, porque este tipo de conhecimento não terá nenhuma aplicabilidade” (*ibidem*). Tobias priorizava o ensino profissionalizante para a educação dos Surdos, afirmando que “não tanto porque os surdos aprendem facilmente, mas porque são fidelíssimos executores das instruções e ordens do patrão”. (SOARES, 2005 *apud* LEITE, 1877, p. 22-24).

Em 1930, surge a pedagogia Emendativa Surdo-Mudo, assumida pelo Dr. Armando Paiva Lacerda, que aderindo também o método oral, ordenou que os Surdos fizessem testes para a oralização. De acordo com Soares (2005, p.58) “Para os alunos de inteligência normal, a diversificação do tipo de ensino se dava pela classificação do tipo de surdez e pela avaliação linguística”.

Mais adiante, a professora Ana Rímola de Faria Dória, em 27 de fevereiro de 1951, assume pela primeira vez a direção do Instituto profissional da educação. De acordo com Soares (2005), foi na gestão de Ana Rímola que o método oralista foi oficialmente adotado no

Instituto de Surdos-mudos, sendo este influenciado pelas experiências trazidas dos Estados Unidos. Para ela, deveria aproveitar os resíduos auditivos do surdo, para estimular a fala, ou seja, que os surdos pudessem desenvolverem um tipo de código linguístico. Nesse período, também foi implantado o Curso Normal de Formação de Professores para Surdos, atendendo pessoas de todo Brasil.

Após décadas de monopolização do Oralismo, muitos foram os descontentamentos, pois poucos foram os resultados alcançados pelos Surdos. Na década de 1970, o Brasil é contemplado com a chegada da Comunicação Total, trazida pela educadora de Surdos da Universidade Gallaudet, Ivete Vasconcelos.

Em 1980, por meio das pesquisas da professora linguista Lucinda Ferreira de Brito sobre a Língua de Sinais e da professora Eulália Fernandes, sobre a educação de Surdos, o Bilinguismo começa a ser difundido. Conforme postulado de Honora e Frizanco (2009, p. 28) “Atualmente as três filosofias educacionais ainda persistem no Brasil”.

Com o interesse de ajudar na educação das pessoas com surdez, outros institutos no Brasil foram criados, são eles: O Instituto Santa Terezinha (1929), no início funcionava como internato somente para meninas Surdas, posteriormente em 1970, passou a aceitar meninos Surdos: a Escola Municipal de Educação Infantil e de 1º Grau para Deficientes Auditivos Helen Keller (1951); O Instituto Educacional de São Paulo - IESP (1954) foi doado em 1969 para PUC/SP, hoje é referência em pesquisas e estudos sobre a deficiência auditiva.

Segundo postulados de Kumada (2016), o Brasil teve uma grande valorização no quesito educação para os surdos, através do compromisso firmado pela Declaração de Salamanca em 1994, no qual os surdos puderam ter acesso ao uso da língua de sinais, a sua língua materna, sendo essa reconhecida pela lei 10.436, de 24 de Abril de 2002 Art. 2º garante a difusão do uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras pelas comunidades surdas do Brasil, e pelo decreto nº5.626/05, no qual dentre outras coisas garante: educação bilíngue da Educação Infantil até o curso superior; acesso ao tradutor de libras em sala de aula; acesso ao mundo do trabalho através de cotas, etc.

Freire (2008), defende a ideia que todos os alunos devem se apropriar dos seus direitos legais, e que possam explorar seus potenciais de forma igualitária, para almejam seus objetivos de acordo com suas necessidades específicas, exercendo assim, seu papel na sociedade como sujeito integrante, e, por sua vez, serem respeitados pelos seus semelhantes.

Baseado no entendimento de Mittler (2003, apud Santos e Barbosa,2016), sobre a questão da inclusão da criança em sala de aula afirma que não basta inserir as crianças na sala

de aula regular como forma de inclusão, sem corresponder suas especificidades, deve-se adequar o ensino-aprendizagem para incluí-las, e não ao contrário.

Para entendermos acerca da proposta inclusiva e dos serviços de apoio (Oliveira, 2014), explica, que foi implementado no Brasil em 2004, políticas de inclusão escolar, cujo objetivo é facilitar o aprendizado dos alunos que necessitam de um ensino diferenciado, de acordo com suas peculiaridades, contemplando assim, a garantia na qualidade do ensino, com isso, oportunizando igualdade de aprendizagem aos demais alunos. Então, surge a rede de apoio especializado e as modalidades de atendimento, sendo ela constituída por serviços pedagógicos especializados dentro do contexto da sala de aula, mas ofertado em contraturno, cujo objetivo é ofertar um apoio significativo aos alunos que necessitem de um melhor acesso à aprendizagem.

2.2 - A Educação dos Surdos em Sergipe

Conforme postula Souza (2005) ocorreu um grande marco histórico para Educação Especial em Sergipe na década de 1920, e por sua vez, apresentado um projeto educacional do deputado Antônio Manuel Carvalho Neto no qual, expõe a necessidade da criação de escolas de aperfeiçoamento, dito naquela época, como classes especiais para “atrasados”. Apesar da boa proposta desse projeto, por motivos políticos da época, não foi concretizado.

Diante das expectativas da sociedade sergipana, na década de 1960, por intermédio do governo de Luiz Garcia, surge a primeira escola voltada para os deficientes, foi o centro de reabilitação Ninota Garcia, sendo presidida por muitos anos por Dr. Antônio Garcia Filho, ofertando para sua clientela, que na maioria eram de cegos e surdos, uma proposta educacional e preparação para o trabalho.

Ainda de acordo com Souza (2005), surge em 1977, a escola de 1º grau 11 de agosto, sendo a 1ª escola a implantar salas de recursos para atender crianças com dificuldades de aprendizagem, que estavam frequentando o ensino regular, ou aquelas que apresentavam algum tipo deficiência. A partir daí, faz-se necessário um trabalho com a formação de professores, proporcionando cursos de especialização para formá-los a trabalhar com essa demanda.

No ano de 1979, foi criada a Associação de Ensino e Reabilitação Rosa Azul. Segundo pesquisa da autora, essa instituição oferta uma proposta educacional voltada para o processo de ensino-aprendizagem, pois valoriza a participação dos alunos nas atividades escolares. Tem como objetivo auxiliar os deficientes a uma interação familiar e social,

tentando suprir a necessidade dessa clientela de forma assistencialista. Esta propõe um atendimento multidisciplinar especializado para crianças e adolescentes.

De acordo com a pesquisa da autora (*ibidem*), é citado o surgimento da Associação de Surdos de Sergipe (ASSE), fundado em 1º de março do ano de 1991, cujo objetivo é a integração do deficiente auditivo à sociedade e ao mercado de trabalho, e tentar sensibilizar as pessoas à sua condição.

Mais tarde surge mais uma contribuinte para o atendimento aos surdos, a APADA/Se - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe, fundada em 1991, sendo essa considerada uma instituição da sociedade civil de cunho filantrópico, assistencial e educativo, com o objetivo de atender às necessidades de mães de surdos, que buscavam uma prestação de serviços, para seus filhos. (*IBIDEM*).

Em 1993, ficou reconhecida pelo órgão municipal e estadual como utilidade pública, voltado ao serviço de assistência social, inicialmente naquela época os surdos podiam acessar alguns serviços prestados pela instituição, tais como: cursos de pintura, costura, datilografia, informática, língua de sinais, além de atendimento fonoaudiólogo, recreação e reforço escolar. Mas para frequentar este espaço, os surdos deveriam estar matriculados em alguma instituição de ensino. Ainda sobre a APADA, Souza (2005, p.135) explica que: “além de se preocupar com o deficiente, também procura ajudar os pais, que muitas vezes escondem seus filhos, desprezam-nos ou os superprotegem”.

2.3 - Propostas Educacionais para os Surdos na História

No decorrer dos tempos, alguns métodos de ensino foram criados com o propósito de ofertar aos Surdos um ensino específico para sua aprendizagem. Diante disso, buscaremos neste tópico abordar um breve esclarecimento sobre essas metodologias utilizadas, durante todo o processo pelo qual perpassou a história da educação do Surdo.

2.3.1 - Oralismo

Segundo Santos e Barbosa (2016), surgiu a partir do congresso de Milão, em 1880, com o objetivo de ensinar o surdo a falar, desde muito cedo.

Na proposta oralista, de acordo com Brito (1993, p.27 apud SILVA e NEMBRI, 2010, p.21), “ênfatisa-se o aprendizado da língua oral com o objetivo de aproximar o surdo, o máximo possível, do modelo ouvinte, a fim de integrá-lo socialmente, sendo a língua vista

muito mais como objetivo do que como instrumento do aprendizado global e da comunicação”.

Ainda sobre o oralismo, Fernandes (1990, p.27 apud Silva e Nembri, 2010, p.21), afirmam que, “para os oralistas, a fala, seguida de um exaustivo treinamento de leitura labial”, tem como objetivo promover a adequação do indivíduo surdo ao meio de comunicação da sociedade ouvinte, falante.

Diante, das pesquisas de Silva e Nembri (2010, p.22-23), em relação à estrutura da língua de sinais, ele considerava esta, muito semelhante às línguas orais, afirmando que:

[...]assim como da combinação de um número restrito de sons (fonemas) é possível criar um número imenso de unidades com significado (palavras), com a combinação de um número restrito de unidades mínimas na dimensão gestual (queremas) pode-se produzir um grande número de unidades com significados (sinais). (*Ibidem*)

Houve alguns rumores acerca da percepção do método oralista, mas o que se pretende não é confirmar seu resultado, como eficiente ou não, e sim tentar explicar os elementos que compõem sua estrutura, pois cada método deve ser visto por sua especificidade e a utilidade que seu uso proporcionava aos usuários de determinada época.

2.3.2 Comunicação Total

Ao contrário do oralismo, a perspectiva da Comunicação total é baseada no uso de sinais, leitura labial, amplificação e alfabeto manual, tendo como meta, buscar contemplar a linguagem do surdo por intermédio dessas combinações.

Surge na década de 1970, após o término do oralismo, com o propósito de acrescentar elementos que facilitem a comunicação do aluno surdo, para promover um ensino-aprendizagem eficaz. Apesar dessa intenção, como cita Santos e Barbosa (2016), essa proposta foi criticada, porque utilizava o português sinalizado e a língua falada, portanto, essa conciliação não seria possível devido à distinção entre ambas.

Ainda sobre isso, Silva e Nembri (2016), ressaltam que a linguagem sinalizada, mesmo sobreposta de fala e sinais, não deve ser considerada uma língua, apenas um modo sinalizado de realizar a língua oral, facilitando a comunicação dos surdos entre ouvintes.

Conforme os autores, várias pesquisas foram desenvolvidas nas décadas de 70 e 80, com a intenção de investigar a eficiência da comunicação total, para o seu funcionamento no processo educacional dos alunos surdos. Sendo assim, obtivemos como resultado, se compararmos com o oralismo, um avanço no quesito de uma melhor comunicação, mas na

questão da produção escrita persistiram várias dificuldades. Desta forma, muitos dos surdos não conseguiram alcançar um aprendizado satisfatório.

2.3.3 Bilinguismo

A educação bilíngue surge como uma nova alternativa após o insucesso do oralismo e da comunicação total. Santos e Barbosa (2016), apresentam o bilinguismo como a educação que defende o uso da língua de sinais, tendo em vista que esse é considerado o modelo que corresponde à necessidade dos surdos, porque reconhece a diferença e especificidade desses sujeitos, ou seja, defendem o uso da Libras como sendo a língua natural, e o português como a segunda língua falada e escrita adquirida por eles.

Na visão de Silva e Nembri (2010, p.26):”o bilinguismo enfatiza a utilização da língua de sinais o mais precocemente possível, com o objetivo de se trazer aos surdos a possibilidade de comunicação, sem prejuízo de ordem cognitiva, emocional e outros”. Sobre as propostas educativas na perspectiva de Lacerda (1996, p.79 apud Silva e Nembri, 2010, p.26) acrescentam:

E possível constatar que, de alguma maneira, as três principais abordagens de educação de surdos (oralista, comunicação total e bilinguismo) coexistem, com adeptos de todas elas nos diferentes países. Cada qual com seus prós e contras, essas abordagens abrem espaço para reflexões na busca de um caminho educacional que de fato favoreça o desenvolvimento pleno dos sujeitos surdos, contribuindo para que sejam cidadãos em nossa sociedade.

Iniciamos esse capítulo abordando o histórico da educação do surdo, sendo esse de grande relevância para analisarmos o processo histórico por qual decorreu a educação destinada para esses indivíduos, seu processo evolutivo, suas lutas e conquistas, como por exemplo, o acesso à oferta da educação bilíngue garantido pelo decreto 5.626/2005, que determina essa educação como um avanço significativo para o cenário educativo dos surdos nos dias atuais. No próximo capítulo será explanado com mais intensidade para melhor compreensão, acerca dos direitos garantidos por lei.

3 LEIS E DECRETOS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL PARA OS SURDOS E MERCADO DE TRABALHO

Abordaremos neste capítulo as leis e decretos que asseguram às pessoas com deficiências uma educação inclusiva, os quais deveriam ser praticados tanto no âmbito social quanto educacional a fim de favorecer uma inclusão e escolarização eficiente ao sujeito surdo.

Entendemos que o suporte legal é imprescindível e deve ser cumprido para que os surdos, minoria linguística em nosso país, possa ter seus direitos resguardados, e assim, poder competir igualitariamente com os ouvintes no mercado de trabalho, uma vez que estará capacitado para assumir qualquer cargo e não apenas os que requererem o mínimo de instrução como vemos na realidade brasileira.

3.1 Avanços Legais no Brasil em prol da Inclusão do sujeito deficiente auditivo

Iniciaremos com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, no qual propõe uma educação para todos, assegurando direitos, de forma justa e igualitária, com isso, possibilitou a necessidade da elaboração de leis que garantisse o acesso e permanência na educação da pessoa com deficiência. (BRASIL,1988).

Outro marco importante foi a Declaração de Salamanca em 1994, na qual o Brasil firmou um compromisso com a educação para todos. De acordo com Kumada (2016), este documento traz em seu bojo grande importância para educação dos surdos, pois valoriza a necessidade em acessar uma educação que lhe permita uma comunicação intermediada pela Libras-Língua Brasileira de Sinais, sendo essa reconhecida pelo Decreto Nº 5626/05, no qual garante um tradutor e intérprete de libras nas escolas para atenderem essa demanda, com isso, facilitando seu ingresso em escolas especiais e/ou unidades, ou classes especiais, ou seja, correspondendo às suas particularidades.

Destaco também o suporte que a LDB- Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, em seu capítulo V, sobre educação especial, no Art. 58, entendida como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede pública de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL,1996).

Já a Lei de nº 8.069, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente – o Estatuto da Criança e do Adolescente – que, em seu Capítulo IV, onde trata do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. Nesse sentido esta lei ainda garante:

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (BRASIL,1990, n.p.)

Na perspectiva da garantia da lei acima, vale ressaltar, que os alunos surdos, desde cedo, devem ter seu processo educacional assegurado, e conseqüentemente, mais possibilidade de progressão, ou seja, a eles é ofertado um suporte durante toda a vida escolar.

Ainda sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cuja finalidade está voltada para alcançar as necessidades educacional, em seus processos formativos, desenvolvidos nos âmbitos familiar, social, cultural, no trabalho e institucional. Já no capítulo IV, sobre educação especial, dada pela lei, 12.796, de 2013, em seu artigo 59 vem apresentar a garantia que os alunos considerados com deficiência devem ter, no âmbito educacional, com o intuito de facilitar sua aprendizagem.

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 2013, n.p.).

No âmbito educacional dos surdos, ocorre um grande avanço significativo no Brasil, foi publicado o decreto 5.626|2005, que regulamenta a lei 10.436|2002, no qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - reconhecida como meio legal de comunicação e expressão para os surdos, respeitando e valorizando aqueles que necessitam de uma língua específica para se comunicar com seus pares.

Sobre o citado decreto, é proporcionada a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação para professores do magistério abrangendo todos os níveis de ensino, em instituições públicas e privadas, abrangendo as esferas federais,

estaduais e municipais. É válido mencionar, ainda sobre os programas específicos para a criação de cursos de graduação promovidos pelo ministério da educação. No Art.11, esclarece:

- I - Para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;
- II - De licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;
- III - De formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa. (BRASIL, 2005, n.p.)

O uso e a difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação, é citado no Capítulo IV a necessidade de orientar as instituições de ensino superior em seus processos seletivos e de ensino quanto ao uso da Libras e da Língua Portuguesa nas atividades, e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis de ensino. Sendo assim, esse decreto menciona sobre a garantia do atendimento especializado voltados para o acesso dos surdos no âmbito educacional, dentre eles: “promover cursos de professores para o uso e ensino de libras, a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas”. (BRASIL, 2005).

Vale ressaltar que, além de ofertar obrigatoriamente, desde à educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, as escolas deverão providenciar, acordado com este decreto, professores, instrutores e interpretes da Libras e da Língua Portuguesa, com o objetivo de proporcionar aos alunos surdos uma acessibilidade singularizada, disposta a contribuir na sua escolarização. Para que isso alcance êxito, é assegurado para aqueles que necessitam de um atendimento diferenciado:

- IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;
- V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;
- VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;
- VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;
- VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva. (BRASIL, 2005, n.p.).

Diante da compreensão acerca da garantia promovida aos alunos surdos, no decreto acima citado, é nítido observamos, que, dispõe de um vasto aparato educacional que assegura seus direitos, especificamente direcionados para suprir suas necessidades particularizadas, seu acesso deve ser disponibilizado por toda vida escolar. O referido Decreto, ainda no seu Capítulo V, expõe sobre a formação do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa, que poderá acontecer em cursos de profissionalização, de extensão universitária e/ou de formação continuada em instituições de ensino superior. Ainda acrescenta no art. 21 deste decreto, sobre:

1º O profissional a que se refere o **caput** atuará:

I - Nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - Nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - No apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino. (BRASIL,2005, n.p.)

A implementação para medidas referidas no artigo nos faz compreender a grande relevância que esses profissionais exercem no âmbito escolar, conforme disposto no art. 2º como intuito de “assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação”. Neste sentido, vale lembrar a contribuição das instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no que garante esta lei.

De acordo com o capítulo VI, ressalta sobre a garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, em seu art. 22º, vem responsabilizar às instituições federais pela educação desses estudantes, como também sua inclusão na educação básica de ensino. No âmbito da organização escolar, esse decreto orienta que:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. (BRASIL, 1996, n.p.).

Compreende-se que, essa organização escolar por parte das instituições está intencionada para ofertar um atendimento educacional eficiente e satisfatório, que seja capaz de corresponder às particularidades do processo educativo dos alunos surdos ou com

deficiência auditiva. Acrescento ainda sobre o direito que esses alunos têm à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação (OLIVEIRA, 2014).

3.2 A proposta inclusiva no Brasil

Na perspectiva sobre a importância da inclusão no âmbito educacional e social para os surdos, entendemos que: A inclusão é uma ação que pretende integrar as pessoas dentro da sociedade. E prever um ato de igualdade entre os indivíduos, respeitando às diferenças e um maior envolvimento entre a família, a escola e a comunidade, onde todos têm a finalidade de construir uma educação de qualidade.

Sobre inclusão, Freire (2008, p. 5) comenta:

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características.

Porquanto, o objetivo da inclusão é proporcionar a todas as especificidades, dentre elas a surdez, uma oportunidade que lhe promova a interação e a participação entre seus semelhantes, pois todos têm o direito da igualdade, independentemente das suas limitações, não lhe pode ser negado à participação nas ações realizadas na sociedade, no qual estão inseridos.

Desse modo, A lei nº 13.146/2015, em seu Art. 1º afirma que:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, n.p.).

Ainda sobre o contexto de inclusão, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (2008) aborda sobre o movimento mundial pela educação inclusiva, sendo ele de grande relevância para compreendermos melhor sobre os direitos direcionados às pessoas com deficiência. Nesse sentido ela conceitua esse movimento como uma ação que envolve o campo político, cultural, social e pedagógico manifestando-se em

defesa do direito de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando, sem que haja discriminação. Diante disso, o Decreto nº 7.611/2011, em seu artigo 1º aborda que:

Art. 1º O dever do estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II - aprendizado ao longo de toda a vida; III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. (BRASIL, 2011, p. 1).

No entanto, para que a inclusão seja efetivada faz-se necessário direcionar à sociedade mediante uma perspectiva inclusiva, tendo em vista a aceitação de todos os indivíduos de maneira igualitária. Assim sendo, deve-se vincular escola e sociedade de modo que a instituição de ensino implemente a inclusão dos deficientes visando a autonomia, a participação, a interatividade, de modo que a sociedade acolha este público de acordo com suas particularidades.

Baseado na percepção de inclusão educacional, visiona-se a necessidade de uma mobilização por parte da comunidade educativa, de se atentar aos papéis que cada um tem dentro do ambiente escolar, ao receber alunos que precisam de um atendimento especial, ou seja deve-se ter um engajamento entre todos, para proporcionar um ambiente realmente inclusivo.

Sobre isso, Mittler (2003, apud Santos e Barbosa, 2016, p.58) acrescenta:

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas as necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e corretamente excluídas das escolas por qualquer razão.

E perceptível, que idealizar uma escola inclusiva é bem complexo, mas que nos direciona a pensar em possibilidades que oferte aos alunos um aprendizado exclusivo para corresponder suas particularidades, com o intuito de romper barreiras impostas ao seu processo educativo. Sendo assim, Mindlin (1998, p.12 apud Freitas, p. 30-31). Nessa perspectiva reforça:

Implementar e manter a educação inclusiva carrega em seu bojo a necessidade de mergulhar na educação em toda a sua complexidade, em toda a sua rica variedade, em conhecer o outro, desfazendo ideias preconcebidas e discriminação impensada, e ver a heterogeneidade como algo rico e valioso. “Opor a aventura da diferença, a curiosidade intelectual, à monotonia de um padrão único é uma atração no aprendizado. (*Ibidem*)

Para entendermos acerca da proposta inclusiva e dos serviços de apoio Oliveira (2014), explica que no início de 2004, o Governo Brasileiro, em parceria com a Secretaria de Educação Especial do Ministério de Educação, lançou um conjunto de documentos, cujo objetivo é a promoção da implementação da Política de Inclusão Escolar, sendo essa, composta por quatro documentos que abordam os aspectos filosóficos da inclusão, dos municípios, da escola e da família.

No aspecto filosófico, sua base é fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhecendo e valorizando a diversidade em qualquer sociedade, afirmando que deve ser garantido o acesso e a participação de todos, respeitando às peculiaridades de cada um em todas as instituições escolares dos pais. Já o papel da escola, é organizar as ações pedagógicas de forma que contribua para o processo educativo dos alunos, contemplando assim, a garantia da qualidade no ensino. Afirma ainda que o foco da ação educacional deve habilitar o aluno para o exercício da cidadania, respeitando suas potencialidades e necessidades (OLIVEIRA, 2014)

Além disso, é de grande relevância a implementação de currículos abertos e flexíveis, que atendam as diversidades dos alunos, com isso oportunizando igualdade de aprendizagem com os demais. Diante disso, o Art.8º Inciso III das Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica vêm garantir:

III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória. (BRASIL,2001, p.2).

Portanto, não basta as escolas matricularem os alunos para inclui-los, mas assegurar um processo educativo que garanta um ato de inclusão, ou seja, ofertar todo apoio pedagógico adequado para suprir a demanda do alunado que estão matriculados naquela escola, necessitando de uma rede de apoio especializada e diversificada, preferencialmente dentro da própria escola. Sobre isso, Oliveira (2014) ainda explica:

A rede de apoio é constituída por um conjunto de serviços, ofertadas pela escola e comunidade em geral, para dar respostas educativas as dificuldades de aprendizagens apresentadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais. Esses serviços de apoio pedagógico especializado podem ser realizados no contexto da sala de aula, ou em contraturno, por meio da oferta de recursos humanos, técnicos, tecnológicos, físicos e materiais e tem por objetivo possibilitar o acesso e a complementação do currículo comum ao aluno. (OLIVEIRA, 2014, p.136)

Visiona-se, que houve um avanço significativo no âmbito educacional, porque surge a necessidade de rever o modelo de educação destinada às pessoas que necessitam de um atendimento diferenciado, com a perspectiva de transformar a educação numa modalidade especial, no qual pretende-se ofertá-la de forma inclusiva.

Diante disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é fundamental para garantir a participação e a construção da aprendizagem dos alunos deficientes. Evidencia-se, assim, que esse atendimento difere do ensino regular comum, o qual é oferecido aos alunos de forma complementar ao ensino regular com vistas à eliminação de empecilhos ao acesso, permanência e a aprendizagem tendo como resultado a inclusão do aluno no âmbito escolar.

Contextualizando com a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, propõe-se que as escolas preparem seus alunos para compreenderem seu papel diante da sociedade, e que todos alunos sejam capazes de atuarem de forma participativa nas relações sociais, políticas e culturais diversificadas, exercendo sua cidadania de forma incluyente e democrática.

Ainda sobre as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais é relevante mencionar:

As adaptações curriculares previstas nos níveis de concretização apontam a necessidade de adequar objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, de forma a atender a diversidade existente no País. Essas adaptações, porém, não dão conta da diversidade no plano dos indivíduos em uma sala de aula. Para corresponder aos propósitos explicitados nestes parâmetros, a educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem. Atender necessidades singulares de determinados alunos é estar atento à diversidade: é atribuição do professor considerar a especificidade do indivíduo, analisar suas possibilidades de aprendizagem e avaliar a eficácia das medidas adotadas. A atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levem em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos de que o aluno dispõe, mas também seus interesses e motivações. (BRASIL, 1997, p.60)

É indispensável uma educação que se adapte à necessidade da demanda diferenciada, de forma singular, pois, o processo de inclusão deve está baseado nos procedimentos que a escola se submete para corresponder às expectativas das diversidades que adentra no ambiente escolar.

3.3. Aparato legal para o surdo no mercado de trabalho

Além das leis e decretos voltados para a inclusão educacional, os surdos também tiveram acesso garantido ao mercado de trabalho através da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, lei de contratação de deficientes nas empresas que asseguram o direito do deficiente de acesso diferenciado ao mercado de trabalho, somente as empresas com mais de 100 funcionários e que tenham entre 2% e 5% de trabalhadores em seu quadro funcional.

A partir da lei, houve um avanço significativo para os surdos, ela proporcionou a eles uma oportunidade de apresentarem suas habilidades, e manifestar suas capacidades diante de seus semelhantes no ambiente profissional, com intuito de serem reconhecidos pela sociedade de forma igualitária.

Visando o objetivo de igualdade assim, como oportuniza a lei do mercado de trabalho, será que os surdos estão conseguindo exercer cargos de forma igualitária em seu ambiente profissional, ou ainda, eles enfrentam barreiras para que isso ocorra. Para discorrer sobre essa ideia Sasaki (2006) apud Santos e Barbosa p.225, acrescenta:

Na fase da exclusão, a pessoa com deficiência tinha acesso negado a educação e também ao mercado de trabalho, pois prevalecia a ideia de que as necessidades especiais eram impedimento ao trabalho, ou seja, prevalecia a descrença na potencialidade dessas pessoas.

Diante da percepção de exclusão, há uma realidade a ser discutida, embora as leis respaldem um acesso ao mercado de trabalho garantido pela lei de cotas, isso não garante aos surdos adentrarem no mercado de trabalho, pois existe um preconceito e descrença na sua capacidade, impedindo assim, sua inserção no mercado de trabalho. (SANTOS e BARBOSA, 2016).

Parafraseando com a percepção de Pinto (2010, p.137), ele explana que: “o preconceito é um dos grandes obstáculos que dificultam a inclusão social e profissional dos surdos no Brasil”. Fazendo uma reflexão sobre isso, entende-se que, a sociedade brasileira traz consigo uma visão errônea sobre os surdos, pois é nítido afirmar que, nada incapacita os surdos de manifestarem sua potencialidade, devido a sua limitação auditiva. Em consequência disso, o preconceito ocasiona algumas sequelas que distanciam os surdos de acessar o mercado de trabalho, como também pode refletir de forma negativa na vida pessoal e social desses surdos. Para desmistificar essa ideia sobre os surdos, Pinto, ainda conclui ser necessário uma adequação, pois a capacidade da pessoa surda é tão grande ou maior que um ouvinte, desde que existam condições reais de trabalho.

Quando as oportunidades são apresentadas de forma igualitárias para todos, o ser humano consegue se adaptar ao que lhe é proposto, ou seja, é capaz de aceitar os desafios de forma prospera ao que lhe compete e almeja realizar. Diante disso, há uma necessidade de investir desde cedo numa educação que proporcione aos surdos oportunidades igualitárias, que o ensino-aprendizagem sejam alicerçados em conhecimentos que contribuam para sua formação profissional, e que esses indivíduos possam adentrar o mercado de trabalho e exercerem seu papel na sociedade de forma justa.

4 DISCUSSÕES E RESULTADOS DA COLETA DE DADOS

No presente capítulo serão apresentados os dados coletados, por intermédio da pesquisa de campo, que fizemos com os surdos inseridos no mercado de trabalho no município de Itabaiana-Se, por meio da aplicação do questionário, como também as entrevistas feitas aos respectivos familiares desses surdos, sendo assim, essas informações serão de grande relevância para serem analisadas com o intuito de elucidar as inquietações debatidas nesse estudo.

4.1 Objeto e instrumento de pesquisa

Tivemos como participantes de pesquisa 05 (cinco) surdos que trabalham em uma empresa comercial atacadista no município de Itabaiana/Se, sendo que a escolha do local, se deu devido a levantamentos de informações que fizemos, dentre várias outras, e por isso a citada foi a que tem um maior número de surdo no quadro de funcionários. Preparamos um questionário, com 15 (quinze) perguntas para ser aplicado a esses indivíduos, e para obtermos as respostas, foi necessário a intermediação de um intérprete de Libras, que deu um suporte fundamental para a coleta de informações, uma vez que, foi necessário a tradução do questionário, e conseqüentemente interpretadas as respostas para o pesquisador, já que os mesmos não possuem o domínio da leitura e escrita portuguesa. A partir disso, tivemos que transcrevê-las, mas preservando a originalidade das informações obtidas.

Para coletar os dados da pesquisa, o instrumento utilizado foi a aplicação do questionário com os referidos surdos acima já citados. Ainda também foi necessário fazer entrevista com os familiares deles, porque foi de grande valia para fortalecer a coleta de informações. Diante disso, apresentaremos os resultados organizados em tabela para analisar e compreender melhor os resultados obtidos. Os participantes da pesquisa serão identificados por letras para preservar as identidades.

4.2 Apresentação dos dados

Os resultados dos dados obtidos serão apresentados em duas partes:

1º- Os dados com a aplicação do questionário feito com os surdos: é indispensável para fazermos uma análise da realidade da escolarização dos surdos que estão no ambiente de

trabalho, bem como identificarmos o motivo dos cargos exercidos por eles, por serem aqueles que exigem apenas habilidade manual.

2º- O resultado da entrevista feita com as famílias do surdo: é uma contribuição de grande relevância para o estudo, pois, a partir dos familiares, foi possível conhecer melhor o início do processo educativo desses surdos. Sendo ´assim, iniciaremos os resultados.

O **Quadro I** abaixo refere-se à aplicação de questionário e possui 15 perguntas com as respectivas respostas dos 05 surdos participantes da pesquisa. Após a organização do questionário, posteriormente será feita as análises das mesmas, seguindo assim, os itens das 15 perguntas e respostas.

PERGUNTAS	Resposta A	Resposta B	Resposta C	Resposta D	Resposta E
1-Qual sua idade?	35	32	29	33	33
2-Grau de escolaridade?	Fundamental incompleto	Ensino fundamental incompleto	Ensino médio incompleto	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto
3-Quando estudava teve acesso a intérprete de libras em sala de aula?	Não	Sim	Não	Sim	Não
4-Teve dificuldade na aquisição da aprendizagem?	Sim	Sim	Não	Não	Sim
5-Sabe ler e escrever em português?	Sei um pouco	Sei um pouco	Sei um pouco	Sei um pouco	Sei um pouco
6-Descreva qual a principal dificuldade que encontrou na escola?	Não conseguia se comunicar com os professores, porque eles só falavam em mímicas, não conseguia aprender nada. Às vezes os colegas que ajudavam, através da mímica também.	A convivência com os ouvintes. Eles não gostavam de interagir com os surdos.	Os professores falavam e não conseguia entender nada, e não dava atenção.	Estudava no IPAESE (escola só para surdos), então não tive dificuldade nenhuma.	A falta de intérprete de libras, ficou muito difícil de entender as explicações do professor.
7-No momento, frequenta a escola? Caso negativa a	Não. Porque precisei ir trabalhar. Pedi para trocar o	Não. Por causa do trabalho e a família.	Não. Por causa do trabalho.	Não. Porque não tem interprete de libras.	Não. Porque não tem intérprete de libras.

resposta, por quê	horário de trabalho para voltar aos estudos, mas a empresa não consentiu.				
8-Voce acha que a educação brasileira é inclusiva?	Sim	Sim	Sim	Não	Não
9-Qual função exerce na empresa?	Empacotador	Repositora (setor de utensílios domésticos)	Estoquista (câmara fria)	Repositora (higiene e limpeza)	Repositora (higiene limpeza)
10-Como ingressou no mercado de trabalho?	Cotas e currículo	Cotas e currículo	Cotas e currículo	Cotas e currículo	Cotas e currículo
11-Você gosta da atividade que desenvolve na empresa?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
12 – A empresa proporcionou curso de capacitação para sua função?	Sim	Não	Sim	Não	Não
13-Se tivesse oportunidade, gostaria de mudar de função. Qual?	Não	Não	Não	Não	Não
14- Você está satisfeito com a profissão que exerce no momento, ou gostaria de atuar em outra?	Estou muito satisfeito, porque faço várias atividades.	Estou satisfeita, só gostaria de aprender português para se comunicar melhor.	Sim. Já consegui trocar de função	Gosto muito do que faço, mas gostaria de ter minha própria loja, e poder vender, no entanto, não consigo me comunicar.	Estou muito satisfeita.
15-Você consegue se comunicar com os ouvintes, em seu ambiente de trabalho.de que forma?	Sim.Com mímicas e escrevendo	Sim. Através de leitura labial, e ensino os sinais aos ouvintes, consigo falar um pouco, e peço para eles falarem devagar.	Sim. oralizo um pouco e faço leitura labial.	Sim.com mímicas e escrevendo	Sim. Através de mímicas.

4.3 Análise e discussão da coleta de dados

Neste item serão analisadas e discutidas as informações obtidas por intermédio do questionário acima exposto. Para melhor compreensão, a construção do questionário foi organizada da seguinte forma: as questões de número 1 até 8, foram elaboradas voltadas para o cunho educacional, e de número 9 a 15 de cunho profissional, lembrando que, os tipos de perguntas são fechados e abertos. Desse modo, seguiremos essa ordem para iniciar e concluirmos o objetivo da pesquisa.

A pergunta de número 1 trata da idade dos participantes, no qual obtivemos como resposta, uma faixa etária de 29 a 35 anos. Já na questão 2 destaca sobre o grau de escolaridade dos surdos, foi perceptível que a maioria não conseguiu concluir o ensino fundamental, só apenas 1 surdo conseguiu adentrar o ensino médio. De acordo com a faixa etária deles, estima-se, que entre os anos de 2003 e 2005, provavelmente esse público alvo, estariam dentro da escola. No entanto, nota-se um atraso no quesito educação, já que a média básica para finalizar o ensino fundamental seria até os 14 anos. Isso demonstra que os surdos têm um grau de dificuldade para continuar os estudos, ou seja, por motivos pessoais ou na fragilidade da oferta do ensino educativo brasileiro. Essa é uma inquietação que pretendemos elucidar neste estudo.

A pergunta número 3, toca em um elemento fundamental para a inclusão dos surdos no âmbito educacional: a presença do intérprete de libras em sala de aula. Dentre os 5 participantes da pesquisa, apenas dois tiveram acesso quando estudava, e os 3 restantes, disseram que não. Diante dessa realidade percebe-se que o sistema educativo não está cumprindo com rigor o decreto 5.626/05, que garante aos surdos a acessibilidade do profissional de intérprete de libras para facilitar sua comunicação dentre outros. No Art. 22 cita:

As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. (BRASIL,2005, n.p.)

Para que os direitos desses surdos sejam garantidos perante o citado decreto, ainda no art. 21 frisa sobre a necessidade da contratação de profissionais de interpretação de libras para compor o quadro de funcionário do magistério das instituições de ensino. Apesar da garantia dos direitos dos surdos, voltada para uma educação baseada na inclusão, esta realidade de acordo com as respostas dos participantes, é observável, uma vez que a maioria das escolas não cumprem o decreto em questão. Sendo assim, levantamos a hipótese que esse pode ser considerado um dos impedidos que os distanciam de prosseguirem seus estudos e se prepararem para o mercado de trabalho.

Na questão 4, foi perguntado sobre a dificuldade que os surdos tiveram na aquisição da aprendizagem. Dentre as 05 respostas, três (03) responderam “sim”, e duas (02) que não tiveram dificuldades em seu processo de aprendizagem. Para entendermos melhor esse resultado, faz-se necessário voltar a atenção para a pergunta de número 2, no qual cita sobre a presença do intérprete em sala de aula. Justamente dentre os surdos, apenas 2 tiveram acesso, confirmando assim, a facilidade que tiveram em aprender. Mas, por outro lado, fica nítida a dificuldade que os três restantes desse grupo de participantes tiveram na aquisição da aprendizagem, sendo esse um fator muito relevante, que comprova a importância na contribuição do intérprete de libras ser de grande valia e indispensável para a inclusão educacional desse público alvo.

Diante dessa realidade, constata-se, que apesar dos direitos garantidos pelo decreto 5626/05, esse acesso é negado, e está desacordando com o que postula o Art.14, parágrafo 1º, inciso III:

Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no caput, as instituições federais de ensino devem prover as escolas com: a) professor de Libras ou intérprete de Libras; b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa; c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos (BRASIL, 2005, n.p.).

Na questão de número 5, foi perguntado se os surdos sabiam ler e escrever em português, e as respostas foram unânimes: “sei um pouco”. Nesta resposta percebe-se uma grande incoerência se compararmos com a anterior, pois dentre aqueles que responderam não possuírem dificuldades na aquisição da aprendizagem, questiona-se o motivo de apenas “saber ler e escrever pouco”, visto que seria o contrário, isso provavelmente, sem força de afirmação, considera-se, que esses tiveram dificuldades na aquisição da aprendizagem.

Através dessa realidade é perceptível que o português ainda seja visto como barreira para os surdos atualmente, isso devido à ausência de professores bilíngues, tanto professores surdos ou ouvintes bilíngues, desde a educação infantil até ensino fundamental na própria língua materna, para que aprenda a se comunicar como um nativo falante da língua. Se não for possível ter acesso a um professor bilíngue, que tenha no mínimo um intérprete de libras para suprir essa necessidade. Assim, como prevê a resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I - Professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

II - Distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;

III – Flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

V – Serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

IV – Serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;

b) atuação de professores- intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;

c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente;

d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação. (BRASIL, 2001, p. 2).

Corroborando com a citação exposta acima é válido ressaltar, sobre a importância do papel que esses profissionais exercem na educação dos surdos, sendo eles responsáveis de fazer a ligação entre a língua de sinais considerada como L1 para os surdos, sua língua materna, bem como a L2, a língua portuguesa, sendo sua segunda língua, já que essa é

necessária para a integração desses indivíduos no âmbito social, onde a maioria dos usuários são ouvintes. Para reforçar essa percepção, Quadros e Schmidt (2006, p.31) comentam:

Falar sobre os processos de interações comunicativas, sobre a língua de sinais e sobre a língua portuguesa escrita são formas de desenvolver a conscientização do valor das línguas e suas respectivas complexidades. Este exercício dará subsídios para o processo de aquisição da leitura e escrita em sinais, bem como para o desenvolvimento da leitura e escrita do português como segunda língua.

Já na questão 6, pediu-lhes que descreva sobre a principal dificuldade que encontrou na escola. O participante A, diz: “Não conseguia se comunicar com os professores, porque eles só falavam em mímicas, não conseguia aprender nada. Às vezes os colegas que ajudavam, através da mímica também”. Isso chama atenção para o despreparo dos profissionais da educação, e apontado novamente pelos pesquisados sobre a falta de professores bilíngue, sendo assim, a pesquisa é relevante, pois é necessária sua divulgação para que o sistema educacional possa qualificar os professores pelo menos o básico, para se comunicar com esses alunos.

O participante B, responde: "a convivência com os ouvintes. Eles não gostavam de interagir com os surdos". É apontado nessa resposta uma questão de inclusão social, sendo uma falha não apenas social, mas educacional, porque cabia a escola fazer uma sensibilização com os alunos e pais de alunos acerca da surdez, e dos surdos, por meio de palestras para que todos entendessem a importância de como se comunicar com esses indivíduos, para facilitar a convivência com os ouvintes.

O participante C, diz “os professores falavam e não conseguia entender nada, e não dava atenção”. Diante da resposta é notável observar a ação da exclusão sofrida por esse aluno, dentro de um sistema que deveria ser inclusivo.

O participante D respondeu que: estudava no IPAESE- Instituto Pedagógico de Apoio a Educação dos surdos de Sergipe¹, é uma ONG situada na cidade de Aracaju, que oferta uma educação bilíngue desde a educação infantil até o ensino médio técnico. Então aquele que estudou no referido instituto alega não ter dificuldade nenhuma”. Embora, ainda assim, não consegue ler e escrever.

Já o participante E, descreve: “a falta de intérprete de libras, ficou muito difícil de entender as explicações do professor”. Em geral percebe-se, a partir das respostas obtidas que a maioria das respostas, ratificam as dificuldades que eles enfrentam para compreenderem as

¹ ONG situada na cidade de Aracaju, que oferta uma educação bilíngue desde a educação infantil até o ensino médio técnico.

explicações do professor, por falta do intérprete de libras em sala de aula, sendo esse de grande relevância para facilitar essa compreensão.

A pergunta de número 7, questiona se o surdo frequenta à escola no momento, e obtivemos as seguintes respostas: sobre a frequência à escola, todos os participantes, disseram que “não”, pois a maioria alega não ter disponibilidade de tempo devido ao trabalho. Se os surdos alegam isso, o ideal seria que a empresa liberasse mais cedo os mesmos para estudarem. Por outro lado, ao observarmos a faixa etária desses indivíduos percebemos que o trabalho em nada atrapalharia o acesso à escola, visto que pela idade eles teriam que frequentar a EJA- Educação de Jovens e Adultos, já que esse município oferta tal modalidade, e ocorre à noite e não em horário de trabalho.

Assim, surgiram várias suposições a respeito destas respostas, dentre elas: será que esta resposta não seria uma desculpa, para não retornarem à escola, pois eles não trabalham a noite; ou então devido o cansaço da jornada de trabalho; ou teria sua própria família e queria ter mais contato com ela, ou seja, vários fatores poderiam estar inseridos nesta realidade. No entanto, só apenas 1 participante, revela que a falta de intérprete, impede seu acesso à escola.

Sobre a questão de número 8 acerca da educação brasileira ser inclusiva, tivemos as seguintes respostas: participantes A, B e C acredita que “sim”, já os participantes D e E dizem que “não”. Sendo assim, considerando as respostas, daqueles que não acredita que a educação brasileira seja inclusiva, notoriamente observamos, a falta de compromisso que a escola tem com os direitos de inclusão com os alunos surdos, descumprindo assim, o que está mencionado na constituição de 1988, no Art. 206. “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”.

Além disso, percebemos que os que responderam que a educação é inclusiva, são os mesmos que afirmaram ter dificuldades na escola devido à falta de intérprete, e que só sabiam muito pouco ler e escrever em português. Assim, percebemos que, provavelmente, estes dois informantes não entendem o que venha a ser uma educação inclusiva na prática.

Iniciaremos neste parágrafo as questões voltadas para a vivência desse grupo de surdos em seu ambiente de trabalho. E dando sequência à ordem do questionário acima apresentado, temos a pergunta de número 9, que se refere à função que eles exercem na empresa. As obtidas respostas confirmam, o que presenciamos no cotidiano dos estabelecimentos comerciais. Todos eles desenvolvem atividades, que lhe exigem habilidades manuais.

Na pergunta 10, refere-se à como ingressaram ao mercado de trabalho. As respostas foram unânimes, todos adentraram devido as cotas, diante disso nota-se que esta empresa cumpre a lei, 8213/91 prevê que empresas com 100 ou mais funcionários tenham entre 2% e 5% de trabalhadores com deficiência, com o intuito de inclui-las no mercado de trabalho.

Na questão 11, os surdos foram questionados sobre a função que exerce no ambiente de trabalho, se os mesmos gostam de atuar nas atividades que desenvolvem, obtivemos como respostas de todos, que “sim”, essa resposta nos desperta percepções acerca dessa realidade, será que, isso pode ser derivado de uma “padronização”, que a empresa proporciona aos surdos, induzindo-lhe a um “conformismo profissional”. Poderíamos supor, também, que os mesmos, devido à falta de escolarização não vislumbraram o leque de profissões possíveis aos sujeitos, ou mesmo, pela falta de incentivo familiar em prosseguir os estudos.

A questão de número 12, pergunta se a empresa proporcionou curso de capacitação para sua função. O participante A, diz que “sim” o motivo, deve ser porque é necessária uma capacitação para empacotar as mercadorias de forma adequada, visto que, manuseia produtos de diferentes gêneros.

O participante C também diz “sim”, ou seja, esse, relatou que mudou de função, e por isso, foi encaminhado a fazer o curso para ficar apto para ocupar a função que exerce atualmente. Já os demais, responderam que “não”, com isso, nota-se que esse grupo exerce a mesma atividade, então, supõe-se que, esse tipo de atividade não necessita de maior exigência, visto que, eles conseguem organizar as prateleiras sem dificuldades.

A 13ª pergunta é o seguinte: Se tivesse oportunidade, gostaria de mudar de função. Qual? Todos responderam “não”, diante da resposta é perceptível observar, a falta de perspectiva de ascensão profissional que eles demonstram ao responder essa questão, formatando uma ideologia de conformismo, com isso, segregando as possibilidades de avanços profissionais. Isso, nos faz pensar na hipótese de que, muitos não são orientados, nem incentivados pelos seus familiares, tão pouco pela escola e a sociedade.

É válido ressaltar, que se o poder público, investissem em programas voltados para a capacitação profissional para os surdos, certamente a visão de mundo de trabalho seria mais ampla para esses indivíduos, ou seja, eles poderiam, por exemplo, almejar profissões mais elevadas, das que atualmente desenvolvem em seu ambiente de trabalho. Na percepção de GENTILI 1997 apud KLEIN, 2010 p.84:

[...]desenvolve uma argumentação sobre “a desintegração da promessa integradora”, onde a lógica do pleno emprego vem sendo substituída, nesses tempos neoliberais,

pela lógica da “empregabilidade”, a partir do desenvolvimento das competências individuais.

Baseado no termo “empregabilidade” mencionada acima, nos instiga a indagar sobre a compreensão que o surdo tem de mercado de trabalho, ou seja, será que sua visão está voltada só para a questão de ocupar apenas uma vaga na empresa, e poder desenvolver suas habilidades manuais, e ser recompensado pela prestação do seu serviço, sendo esse uma necessidade de subsistência.

A indagação acima vem ratificar também as respostas advindas da questão 14, no qual pergunta, se eles estão satisfeitos com a profissão que exerce no momento ou gostaria de atuar em outra profissão. Apesar das respostas serem iguais, foi notável, um diferencial na resposta da participante D, que diz o seguinte: “tenho vontade de ser proprietária de loja”, revelando assim, sua expectativa de avanço profissional, diante disso, nos questionamos, se os demais também almejam algo a mais na carreira profissional, e/ou tem receio de expor suas expectativas, por acharem que estão distantes dessa realidade por se considerarem incapazes perante os ouvintes.

Essas são hipóteses baseadas, na percepção que tivemos ao analisar as respostas recebidas pelos surdos participantes, pois ela ganha força, quando o participante B, relata que, tem vontade de aprender o português, pois essa opinião confirma a ideia que eles pretendem atuar em várias áreas profissionais.

Na questão 15, foi perguntado se eles conseguem se comunicar com os ouvintes, em seu ambiente de trabalho, e de que forma isso ocorre. Todos os participantes, alegam que conseguem se comunicar de várias formas seja por mímicas, leitura labial, pela escrita, mas o que chamou atenção foi que nenhum deles se comunica com a sua língua materna, que é a Libras, acarretando assim, prejuízo na questão da interação, e na produtividade profissional, por exemplo, quando houver reunião da empresa sobre mudanças no regime interno, e/ou processo seletivo para mudança de cargo, como os surdos poderão ficar atualizados das decisões da empresa, sem se quer ter um intérprete de libras , para tornar a inclusão neste ambiente?

Diante das indagações, cabem às empresas contratar um intérprete de libras para compor o quadro de funcionário desse estabelecimento, e, ou capacitar um dos funcionários para cumprir essa tarefa, visando assim, a acessibilidade dos surdos e a integração da equipe.

Isto porque essa iniciativa amenizava as frustrações por qual passam esses indivíduos em seu cotidiano. Assim como sugere O Projeto de Lei 26/19, dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos bancários e shoppings de manterem um tradutor e intérprete da Língua

Brasileira de Sinais (Libras) para atendimento às pessoas surdas, surdo-cegas ou deficientes auditivas. Ainda citamos a lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que menciona sobre acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização contido no capítulo VII, é assegurado:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento. (BRASIL, 2000, n.p.).

No que se trata a lei acima exposta, compreendemos que apesar da garantia que os surdos têm de obter a acessibilidade necessária para se integrar na sociedade, observamos que na prática essa acessibilidade não é ofertada de forma justa, causando exclusão social para eles. Ainda sobre a exclusão, Brito 1997 apud Silva e Nembri, 2010, p.34 refuta:

Os surdos são pessoas e, como tais, dotados de linguagem assim como todos nós. Precisam apenas de uma modalidade de língua que possam perceber e articular facilmente para ativar seu potencial linguístico e, conseqüentemente, os outros potenciais e para que possam atuar na sociedade como cidadãos normais. Eles possuem o potencial. Falta-lhes o meio. E a libras é o principal meio que se lhes apresenta para “deslanchar” esse processo.

Partimos do princípio, que devemos compreendermos que a libras, é uma língua como qualquer outra, que apresenta suas características e segue suas próprias regras gramaticais, igualmente as demais, sendo assim, cabe a todos respeitarem e tentarem colaborar na sua difusão, pois convivemos com os surdos em todos ambientes que frequentamos. E no ambiente de trabalho seria relevante que os funcionários se interessassem em aprender essa língua, para assim, facilitar a interação, e favorecer a inclusão destes no ambiente de trabalho. Dialogando com Pinto, 2010, é valido frisar:

Os colaboradores surdos deverão ser percebidos como sujeitos que tem diferença e não deficiência. O fato de não ouvir não significa que não pode ou não consegue. É preciso considerar sua cultura, suas possibilidades e suas capacidades. [...] permita o avanço na perspectiva do acolhimento e da diferença, propiciando o alargamento nas trocas de conhecimentos e na formação humana. (PINTO, 2010, p.116-117).

Essas atitudes fazem a diferença, quando falamos de inclusão, pois ela de fato só se concretiza, quando tivermos a iniciativa de perceber, que o outro também faz parte da sociedade que estamos inseridos, ou seja, isso também nos favorece como cidadãos participantes de uma sociedade que almejamos ser.

O **Quadro II:** perguntas e respostas de acordo com a entrevista feita com as mães dos surdos. Seguindo a mesma organização da ordem do questionário, cada entrevistada será identificada com a letra que corresponde a resposta de cada surdo acima citado na tabela anterior, para assim, facilitar a compreensão das informações a serem analisadas posteriormente.

PERGUNTAS	Resposta A	Resposta B	Resposta C	Resposta D	Resposta E ⁴⁴
1-Como ocorre a comunicação entre o surdo e os membros da família?	Libras e oral	Libras e oral	Oralmente	Libras	Oralmente, através da leitura labial
2- Teve alguma dificuldade em matricular seu filho ^(a) na escola. Qual?	Não	Não. Sempre estudou em turma para surdos	Não. Porque no início da escolarização, estudava em turma de surdos	Sim. Não tinha vaga para deficiente	Não
3-Seu filho ^(a) gostava de frequentar a escola. Caso seja negativa a resposta, porquê?	Sim	Sim	Sim	Sim	No início sim, até os 10 anos de idade.
4-Como a escola se comunicava com seu filho ^(a)	Libras	Libras	Os professores por língua de sinais e os colegas de classe e funcionários, eram gritando	Mimicas	Oral
5-Quando seu filho ^(a) estudava tinha um ensino diferenciado dos demais alunos. Qual?	Não. Porque a turma dele era somente com surdos	Não	Sim. Era muito lento e as aulas eram desenvolvidas por atividades lúdicas.	Não	Não, ensinava igual aos demais alunos ouvintes.
6-Você acompanhava o aprendizado do seu filho? ^(a)	Sim	Sim.	Sim	Sim	Sim
7-Você acha que a educação no seu município é de fato inclusiva. Caso negativa a resposta diga o porquê?	Sim	Sim	Não. Porque a escola não está preparada para receber os surdos.	Não. Porque as escolas não têm interprete de libras, e se precisar tem que recorrer a secretaria da educação.	Não. Porque a escola não está preparada para ofertar um ensino diferenciado para os surdos, falta interprete, com isso, dificulta o aprendizado deles.
8-Você conhece a lei de inclusão.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

As respostas da 1º questão dadas pelas mães dos participantes A, B e E, sobre a comunicação com seus filhos se procede por meio de mímicas, oralização e leitura labial, isso nos remete a prática da filosofia da Comunicação Total, ou seja, prática que já foi abolida após o surgimento do Bilinguismo, como mencionamos no capítulo (2) um desta pesquisa. Já o C, pode dizer que aplica o oralismo. Já a entrevistada D, utiliza-se somente a língua de sinais, esse, se deve ao fato de seu filho (ª) ter estudada na escola bilíngue (IPAESE) que já foi citada anteriormente.

Na 2º pergunta sobre se teve alguma dificuldade em matricular seu filho (ª) na escola a resposta foi única para todas entrevistadas, disseram que “não”. Isso torna um ponto positivo para escolas, já que não rejeitaram nenhum aluno surdo na sua instituição, porém, diante das revelações até aqui apresentadas, percebemos que, para alguns a educação ofertada para eles, deixaram algumas lacunas insatisfatória, isso, de acordo com alguns relatos e fatores já mencionado anteriormente. E nos leva a considerar que o sistema de ensino está integrando e não incluindo os alunos especiais.

A 3º pergunta traz o seguinte questionamento: seu filho (ª) gostava de frequentar a escola. Caso seja negativa a resposta o porquê. A maioria das entrevistadas responderam que seu filho gostava, somente uma deu uma resposta que considero coerente com a realidade dos surdos, isso baseado na obtenção de respostas do questionário, ou seja, quando alguns mencionaram sobre a dificuldade em conviver com os ouvintes, pela falta de interpretes, dentre outros obstáculos, que conseqüentemente não lhe causavam incentivo que correspondessem seus anseios escolares.

Na questão 4, foi perguntado sobre a forma como ocorria a comunicação entre a escola e o surdo. Tivemos as respectivas respostas:

As entrevistadas que representam o surdo “A e B”, disseram que, a comunicação era por meio de libras, entretanto, a que representa o surdo “C” responde que apenas os professores utilizavam a libras para se comunicar com seu filho (ª), mas os demais funcionários e colegas de classe, por gritos.

A representante do participante D, diz que a comunicação era apenas por mímicas, por outro lado a representante do surdo E, relata, que a comunicação era apenas por meio oral.

Fazendo uma análise geral das citadas respostas, percebemos algumas divergências, nas respostas das entrevistadas, dos surdos A e C, quando comparamos com as respostas dadas no questionário por seus respectivos filhos. Portanto, para compreendermos melhor, retomarei a pergunta feita aos surdos, na 3º pergunta do questionário, que foi sobre o acesso a intérprete de libras em sala de aula. Eles responderam que não tiveram intérpretes em sala de

aula, no entanto, as suas mães, durante a entrevista, relataram que a comunicação no âmbito escolar, ocorria por meio de libras.

Por este viés há oposição de informações, podemos levantar a seguinte hipótese: será que esse acesso a intérprete de libras, que foi relatado por elas, ocorreu apenas durante a iniciação da escolarização de seus filhos, pois justamente, a entrevista teve como proposta coletar informações acerca do primeiro contato que esses tiveram ao adentrar a escola, e para isso, só os responsáveis poderiam contribuir com essa informação, de forma mais segura.

Em contrapartida, os referidos surdos, ao relatar a ausência de intérpretes em sala de aula, supõe -se que eles, responderam, baseados na realidade atual da sua escolaridade. Sendo assim, isso explica as contradições nas referidas respostas dadas em tempos diferentes.

As hipóteses mencionadas, surgem devido à interpretação de alguns fatores, por exemplo: como os pesquisados são considerados adultos , de acordo com a faixa etária, é perceptível que provavelmente eles já constituíram, sua própria família e diante disso, analisam seu processo educacional com um nova percepção, diferentemente de suas mães, já que elas relatam as vivências escolares de seus filhos durante a infância e adolescência, isso é afirmado, devido ao grau de escolaridade que eles tem atualmente. Então, conseqüentemente, ocorreu várias mudanças desde a escolha da primeira escola, essa feita pelos responsáveis, e as demais foram feitas pelo próprio surdo, ou a falta de opção.

Ainda na percepção das entrevistadas, na questão 5, vem questionar se quando o filho ⁽³⁾ estudava tinha o ensino diferenciado dos demais alunos. E, em caso positivo, qual seria. Para isso, obtivemos as seguintes respostas: a entrevistada do surdo A, B e D alega que não, pois isso remete a percepção que ambas as respostas se deu ,devido os filhos no início da sua escolarização terem já estudado, em escola considerada inclusiva, isso baseada no decorrer das informações obtidas e analisadas, desde o início da entrevista, e que foram expostas pelas suas respectivas mães. Isso se confirma quando uma das entrevistadas frisa.” porque a turma dele era somente de surdos. Partindo dessa confirmação, pressupomos as respostas das duas já citadas anteriormente. No entanto, a representante do surdo C, comenta que “sim”. Era muito lento e as aulas eram desenvolvidas por atividades lúdicas”. Já a entrevistada do surdo E diz que “não tinha um ensino diferenciado e que era igual aos demais ouvintes”.

E referindo-se à resposta da entrevistada do surdo C, surge a seguinte percepção: se o mesmo tinha essa diferenciação, pode ser considerado, que o professor tinha um olhar diferenciado em relação a esse aluno, isso dentro de um ensino inclusivo, diante disso, nos remete a perceber que houve um ato de respeito e garantia de acesso a um ensino de forma

particularizada, pois a metodologia utilizada pelo professor, dentro dessa percepção, foi tentar garantir a acessibilidade necessária para que o aluno conseguisse avançar nos estudos e alcançar uma aprendizagem satisfatória, porque quando o professor se utiliza da dinâmica, para desenvolver as atividades escolares, ela se torna mais prazerosa para os alunos, visto que desperta a curiosidade e o senso de criatividade e autonomia sendo uma mola propulsora para motivar o aluno participar e interagir com os demais em sala de aula, como por exemplo, utilizar recursos adaptados para desenvolver atividades com os surdos, mas não só apenas com os alunos surdos, mas com os demais ouvintes, isso seria positivo para a interação entre eles, e o professor também.

Com o aluno surdo isso torna-se mais atrativo, porque eles têm o órgão da visão como estímulo principal para observar e buscar compreender tudo que está em sua volta, e conseqüentemente poderem expressar seu jeito de pensar, ser e viver. Para isso, Pinto (2010) acredita que “A comunicação visual é fundamental, tanto para o aprendizado da língua portuguesa oral quanto para aquisição da língua de sinais”. (PINTO, 2010, p.127)

Em contrapartida temos a resposta da representante do pesquisado E, em sua fala podemos notar que houve um descaso, por parte da escola, desrespeitando e negando o direito de inclusão iniciada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos que afirma:

[...] os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade e o respeito à diversidade como uma consequência dos anteriores, reconhecendo e valorizando a diversidade em qualquer sociedade. Afirmando ainda, a garantia de acesso e a participação de todos, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e |ou grupo social em todas as instituições escolares do país.

Outro ponto apresentado diz respeito à função da escola, que deve organizar-se de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno. Assim, a escola inclusiva é tida como aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um dos seus alunos, reconhecendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. (OLIVEIRA, 2014 p.135)

Diante dessa menção, podemos entender que, este aluno citado anteriormente que não teve acesso a um ensino diferenciado, não estava sendo incluso, isso dentro da percepção inclusiva, como já exposto e debatido no capítulo anterior, e sim apenas inserido em sala de aula. Ainda sobre ensino diferenciado, cabe a escola inserir em seu sistema educacional, como já foi citado neste estudo o AEE- Atendimento Educacional Especializado, sendo este oferecido como um complemento, com o intuito de contribuir no desempenho escolar dessa demanda.

Na pergunta 6, remete sobre o acompanhamento do aprendizado do filho, ambas as respostas foram “sim”, mas que deixa algumas inquietações a respeito desta resposta. se a

mãe acompanhava o aprendizado de seu filho, o por quê que os mesmos não concluíram e não continuaram seus estudos? Será que foi por falta de incentivo por parte da família?

Perguntou-se as entrevistadas na 7ª sobre, se ela acha que a educação no seu município é de fato inclusiva, obtivemos as respectivas respostas: a entrevistada A e B dizem que “sim”, mas a maioria acredita que não.

Parafraseando com as respostas, levanta-se a seguinte percepção: se a escola realmente fosse inclusiva, certamente os alunos que necessitam de um ensino diferenciado, seriam motivados a continuarem e concluírem seus estudos, mas diante da realidade já discutidas nesta pesquisa, foi notável, que, para realmente os surdos serem incluídos, é necessário uma flexibilização e adequação por parte do sistema educacional, no sentido de ofertar vários aparato pedagógico que permita a esses alunos um aprendizado satisfatório, que este seja capaz de construir seu aprendizado de forma igualitária, diante dos demais indivíduos, assim como garante a lei de inclusão já mencionada no decorrer deste estudo.

Neste sentido, entende-se que não basta apenas colocar o aluno em sala de aula, como forma de inclusão, sem possibilitar nenhum alicerce firme, é mais que isso, deve-se ter empatia, pois, todos são capazes desde que, permita-os a desenvolver suas potencialidades. Para que isso ocorra, os surdos necessitam preferencialmente de professores bilíngues, com intuito de trabalhar a libras como L1, e a língua portuguesa como L2, sendo esta, para permitir-lhe a interação na sociedade ouvinte, já que essa majoritariamente e a maioria, se não possível, no mínimo intérprete de libras, para intermediar a comunicação em sala de aula, e com isso facilitar os estudos, um currículo diferenciado, que respeite a cultura e língua materna, é também indispensável um complemento educacional como o apoio do AEE- Atendimento Educacional Especializado, dentre outros que possam contribuir para corresponder as especificidades desse público alvo.

Perante isso, de acordo com o art. 59 da LDB- Lei de Diretrizes e Bases, busca-se uma garantia por parte do sistema de ensino a todos os deficientes, que possibilite a oferta de currículos, métodos, técnicas e recursos educativos, para suprirem suas necessidades, professores capacitados para atender essa demanda, um suporte para aqueles que não demonstrarem condições específicas para concluírem o ensino fundamental, bem como uma educação especial para o trabalho, sendo essa, uma possibilidade de integração no cotidiano social, dando-lhe condições adequadas para a inserção no mercado de trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais.(BRASIL,1996).

Por fim, temos o último questionamento, perguntamos as entrevistadas, se conhecem a lei de inclusão. Ambas responderam que “sim”, a partir das respostas compreendemos que

este conhecimento é de grande valia, para que a família juntamente com seus filhos surdos, possam reivindicar seus direitos, assim, como garante a lei, e que os mesmos usufruam desse acesso, para suprir seus anseios e expectativas, possibilitando-os de alcançarem seu espaço na sociedade de forma justa e igualitária.

Percebemos, de acordo com as respostas advindas do questionário com os surdos, e da entrevista feita com suas mães, que os surdos estão em atraso educacional, devido à falta de uma estrutura educacional que corresponda as necessidades desses sujeitos. As escolas estão despreparadas, para recebe-los. A eles são negadas as oportunidades de acesso a uma educação, que utilize sua língua materna, a língua de sinais, e a oferta da língua portuguesa, para se comunicar no convívio com os ouvintes, já que os mesmos são maioria, e necessitam se interagir entre seus semelhantes. Partindo dessa percepção entende-se, que eles não se sentem motivados a retornarem aos estudos, e conseqüentemente estão em desvantagem, diante os demais ouvintes.

Em geral, diante das informações obtidas por meio da participação dos voluntários, ficou compreensível, que vários fatores interferem no processo de aprendizagem dos surdos, e ficou esclarecido, que a falta de uma educação alicerçada no modelo bilíngue, traz prejuízo para formação educacional desses sujeitos, pois para que esses alcancem um aprendizado que corresponda suas especificidades, é fundamental a acessibilidade aos direitos garantidos por lei, sendo assim, possibilitando a esses sujeitos de obterem as oportunidades de forma igualitária no convívio social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico da educação destinado aos surdos no Brasil, apresentou várias nuances, foi um processo árduo, com várias tentativas de avanços. Surgiram, alguns estudiosos que tiveram a intenção de trazer para o Brasil, algumas propostas educacionais, como o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo, ambas com o objetivo de contribuir no aprendizado dos surdos, no entanto, várias foram as tentativas de acertos, e consequentemente, os erros marcados por elas.

Neste sentido, no decorrer dos tempos, percebemos que houve um significativo avanço, no debate em questão, pois através das lutas e cobranças para se obter uma proposta educacional, que almejasse suprir as necessidades dos surdos. Assim, como já foi abordado no decorrer deste estudo, surge então, o bilinguismo, que defende o uso da língua de sinais, como primeira língua para esses, e o português, como segunda língua a ser adquirida.

No cenário educacional atual, o bilinguismo ganhou força, a partir do decreto 5626/05 que regulamentou a Lei de Libras- língua brasileira de sinais. Portanto, acredita-se, que essa pode ser considerada uma referência para uma educação inclusiva. Apesar de alcançarmos um avanço no âmbito educacional, se comparamos com tempos mais remotos, ainda é perceptível, a existência de poucas escolas no Brasil e em Sergipe adotarem essa proposta educacional, provocando assim, uma negligência diante do que está garantido por lei.

Como já foi frisado, é indispensável pensar na elaboração de um currículo diferenciado, metodologias e recursos adaptados para atender esses indivíduos, valido mencionar também, sobre programas de apoio pedagógico, como por exemplo o AEE- Atendimento Educacional Especializado, esse com o propósito de oferecer serviços pedagógicos para complementar os estudos desses alunos, além de profissionais capacitados, tais como: Professores bilíngues, e ou interprete de libras. Em suma, elementos esses considerados fundamentais para facilitar o ensino aprendizagem, tendo como objetivo atender essa demanda de modo a contemplar suas necessidades, possibilitando aos surdos, construir seu aprendizado de forma igualitária perante os demais ouvintes.

É notório falarmos em inclusão, quando visionarmos o conjunto de ações que cuja finalidade é possibilitar a interação desses indivíduos ao seu meio, ou seja, quando expressamos o respeito a diferença, com efeito, estaremos oportunizando a inclusão desses, a sociedade que também lhe pertence, e isso deve ocorrer em todos âmbitos, seja o social, educacional e político.

Focando a visão para o espaço educacional, já que este proporciona a construção de conhecimentos necessários para a formação humana, atentamos para a questão da inclusão nas escolas, como algo primordial para a motivação dos surdos continuarem e concluírem seus estudos, isso deve ocorrer desde a educação infantil, até o nível superior. Pois bem, quando é ofertado aos surdos possibilidades adequadas em seu processo educacional, compreende-se que este, consegue evoluir nos estudos, mas quando isso é negado, conseqüentemente a falta de estímulos e motivação o fazem se afastar desse contexto.

Diante do mencionado acima, compreendemos que a falta de inclusão nas escolas reflete de forma negativa sobre esses cidadãos, pois, se não conseguem avançar nos estudos, isso acarreta sequelas no contexto profissional. Muitos dos surdos, por exemplo, têm dificuldades de adentrar o mercado de trabalho, e alcançar êxito.

De acordo com a análise feita no decorrer da pesquisa, percebemos, que a maioria dos surdos não continuaram e ou concluíram seus estudos, isso devido as respostas dos pesquisados, isso se deu devido à falta de inclusão nas escolas, sendo essa a mola propulsora, para garantir os direitos desses no contexto educacional, sendo assim, a falta de estrutura educacional, impediu a eles, de conquistarem espaço na sociedade de forma justa e igualitária perante os demais.

No mercado de trabalho, deparamos, com alguns surdos, desenvolvendo atividades que lhe exigem habilidades braçais, como os cargos já mencionados na coleta de dados que obtivemos no presente estudo. Diante disso, percebemos que há uma grande resistência, por parte das empresas, de confiarem cargos mais elevados, que exigem o esforço intelectual, pois muitos duvidam da capacidade que eles têm de desenvolver as atividades rotineiras de forma satisfatória. Isso, nos faz entender, que as empresas, apenas estão cumprindo a lei 8213|91, conhecida como lei de cotas, que garante a acessibilidade desses surdos adentrarem no mercado de trabalho. Sendo assim, esses indivíduos por não terem uma credibilidade em seu potencial, encontram empecilhos para conquistar uma oportunidade no mercado de trabalho.

Perante a percepção acerca do âmbito profissional, deve - se rever os conceitos sobre a capacidade que os surdos têm de exercerem qualquer tipo de atividade, pois, sabemos, que a ausência da audição não o impede de avançar no mercado de trabalho de forma igualitária diante dos ouvintes, apenas lhe faltam oportunizarem possibilidades de demonstrarem suas habilidades e competências.

O presente estudo teve como objetivo, elucidar as possíveis causas e entraves, que impedem os surdos de avançarem nos estudos, sendo assim, a coleta de informações cedidas pelos surdos e suas respectivas famílias, nos proporcionou uma percepção de como a

educação brasileira destinada aos mesmos, ainda se apresenta de forma fragilizada e negligenciada para com esses indivíduos.

Apesar da lei de inclusão garantir acessibilidade para aqueles que necessitam de um ensino diferenciado, percebemos que as escolas atualmente não estão preparadas para receber e ofertar um ensino adequado para os surdos. Por fim, como isso, influência de forma impactante na sua carreira profissional, pois sem um preparo educacional de qualidade, consequentemente, os surdos se encontram em desvantagem diante dos ouvintes, eles são limitados de obter uma educação que supra suas especificidades e serem preparados para o mercado de trabalho de forma igualitária aos ouvintes.

Portanto, é válido mencionar, que para interagir com esses indivíduos, é necessária empatia, e respeito, como fatores primordiais, para promover a inclusão, visto que, ela ocorre quando aceitamos o outro com suas particularidades. Diante desse viés, cabe ao poder público, avançar em projetos de conscientização, em todos os âmbitos, com o intuito de provocar estímulos a sociedade em geral, a buscar informações necessárias, que lhe permita contribuir com a inclusão dessa demanda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, e a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras. Disponível, em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm . Acessado em: 13 abril 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001.**Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acessado em: 03 jun.2020.

BRASIL. **Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de educação especial.** MEC; SEESP,2001.

BRASIL. Segundo o texto da Política de Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva SEESP/MEC; 01/2008

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Ensino de primeira à quarta série. I. Título. CDU: 371.214 <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acessado em 21 de julho de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acessado em:10 de agosto de 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acessado em: 27 de setembro de 2020.

BRASIL. Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acessado em:30 de setembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº8.213, de 24 de Julho de 1991.**Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providencias.art.93.Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213compilado.htm . Acessado em:12 de novembro 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acessado em: 16 de outubro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013.art.59. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.**Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12796-4-abril-2013-775628-publicacaooriginal-139375-pl.html>. Acessado em: 11 de novembro de 2020.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf. Acessado em: 10 de dezembro 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 26/19,11 de junho de 2019.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos bancários e shoppings de manterem um tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para atendimento às pessoas surdas, surdo-cegas ou deficientes auditivas. Disponível em: <https://www.acritica.net/editorias/politica/pl-de-evander-que-obriga-centros-comerciais-a-ter-tradutor-de-libras/384415/>. Acessado em: 20 de dezembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em: 03 de janeiro de 2021.

DECLARAÇÃO DA SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca/Espanha,1994. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca.pdf>. Acesso em :18 de fevereiro de 2020.

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão.** *Revista da Educação*, Vol. XVI, nº 1, 2008 | 5 – 20 Instituto Superior D. Afonso III.

FREITAS, Klix Neli. Políticas Públicas e Inclusão: Análise e Perspectiva Educacionais. *JORNAL DE POLITICAS EDUCACIONAIS*, ano 2010, v.7, jan-jun.p.25-32

HONORA, Márcia e FRINZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais:** Desvendado a comunicação usada pelas pessoas com surdez/ São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. Pedagogia e educação.

KUMADA, Kate Mamhy Oliveira. **Libras-Língua Brasileira de Sinais.** Londrina: Educacional S.A, 2016.256p.

KLEIN, M. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** In: SKILAR, C. (Org.). Porto Alegre: Mediação, 2010(4.ed.atual.ortog.) 192p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1991.2

OLIVEIRA, Liliane Assumpção. **Fundamentos Históricos, Biológicos e Legais da Surdez.** 152 p. Editora IESDE Brasil, s/d. Disponível em: <https://pedagogiafadba.files.wordpress.com/2013/03/livro-fundamentos-historicos-biologicos-e-legais-da-surdez1.pdf> (Acesso em 20/02/2014).

PINTO, Daniel Neves. **Língua brasileira de sinais-libras.** Aracaju: UNIT, 2010.168p.

QUADROS, Ronice Müller; Magali L. P. Schmiedt. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** – Brasília: MEC, SEESP, 2006.120 p. disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242293512_Ideias_para_ensinar_portugues_para_alunos_surdos. Acessado em:22 de dezembro 2020.

RODRIGUES, Auro de Jesus; GONÇALVES, Hortência de Abreu; MENEZES, Maria Balbina de Carvalho; NASCIMENTO, Maria de Fatima. **Metodologia científica-** 4.ed., rev., ampl.- Aracaju: Unit, 2011.212p.

SÁ, Nidia Regina Limeira de. **Cultura, Poder e Educação de Surdos.** São Paulo: Paulinas, 2006-coleção pedagogia e educação.

SANTOS, Tatiana dos; BARBOSA Regiane da Silva. **Educação Inclusiva:** Londrina, PR: Educacional S.A, 2016.240 p.

SILVA, Angela Carrancho da. NEMBRI, Armando Guimarães. **Ouvindo o silêncio. Surdez, linguagem e educação.**2.ed.Porto Alegre: Mediação, 2010.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil** - 2. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SOUZA, Rita de Cassia Santos. **Educação especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas.** Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005.188p.

VELOSO, Éden; MAIA Filho Valdeci. **Aprenda Libras com eficiência e rapidez.** Curitiba: by Mãos Sinais,2009.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 200p.

APÊNDICE

Questionário

1. Qual sua idade _____

2. Grau de escolaridade

Fundamental incompleto () fundamental completo() ensino médio
incompleto () ensino médio completo () superior()

3. Quando estudava teve acesso a interprete de libras em sala de aula

Sim ()

não ()

4. Teve dificuldade na aquisição da aprendizagem

Sim ()

não ()

5. Sabe ler e escrever em português?

Não sei () Sei um pouco () Sei ler e escrever ()

6. Descreva qual a principal dificuldade que encontrou na escola?

7. Qual a função que exerce nesse estabelecimento

8. Como ingressou no mercado de trabalho

Indicação () processo seletivo () cotas() currículo()

9. Você gosta da atividade que desenvolve na empresa? Por que?

Sim () Não ()

Por que? _____

10. A empresa proporcionou curso de capacitação para sua função

Sim ()

Não ()

11. Se tivesse oportunidade, gostaria de mudar de função. Qual _____

Sim ()

Não ()

12. A educação brasileira é inclusiva?

Sim ()

Não ()

13 – Você está satisfeito com a profissão que exerce no momento ou gostaria de atuar em outra profissão?

14-Como ocorre a comunicação do surdo no ambiente de trabalho com os demais funcionários

- língua de sinais
- mímicas
- outros

Roteiro da entrevista feita com as mães dos surdos

1- Como ocorre a comunicação entre o surdo e os membros da família

- língua de sinais
- mímicas
- outros

2- Teve alguma dificuldade em matricular seu filho (a) na escola? Qual?

-
- Sim Não

3- Seu filho (a) gostava de frequentar a escola

- Sim Não

Caso seja negativa a resposta indique o porquê:

4- Como a escola se comunicava com seu filho (a)

- línguas de sinais
- mímicas
- outros

5-Quando seu filho (a) estudava tinha um ensino diferenciado dos demais alunos? Qual?

- Sim Não

6-Você acompanhava o aprendizado do seu filho (a)

- Sim Não

7- Você acha que a educação no seu município é de fato inclusiva?

8- Você conhece a lei de inclusão?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre a Escolarização dos surdos que estão inseridos no mercado de trabalho no município de Itabaiana/Se: Desafios e Expectativas de Avanços Profissionais. Esta desenvolvida pela aluna Waldelucia de Jesus Santos Tavares, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da professora Ma. Daisy Mara Moreira de Oliveira.

O objetivo do estudo é coletar dados, para conhecermos a realidade escolar que foi destinada aos surdos em seu processo educacional, dessa forma é necessário averiguar as informações coletadas, através do questionário, com isso, elucidarmos algumas inquietações sobre tal realidade. A finalidade deste trabalho é contribuir nas discussões sobre a educação destinada ao surdo, e de que forma ela pode influenciar na carreira profissional desse público alvo.

Solicitamos a sua colaboração para responder um questionário, como também na sua autorização para apresentar os resultados deste estudo, podendo estes serem divulgados em artigos, trabalhos, e outras publicações do âmbito acadêmico. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. E caso se necessária permissão para fazer o uso de imagens para anexar na conclusão do trabalho.

Informamos que essa pesquisa não se propõe a causar qualquer desconforto aos participantes. A qualquer tempo os voluntários poderão desistir da sua participação e os dados fornecidos só serão publicados após autorização. A aplicação do questionário será gravada e filmada, devido os participantes serem surdos, é necessário a intermediação do interprete de libras para acontecer a comunicação, e posteriormente será transcrita e analisada. Os riscos mínimos foram informados, porem caso ocorra qualquer risco não descrito e não previsível em decorrência da pesquisa será de responsabilidade da pesquisadora.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da pesquisadora responsável

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos. Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Itabaiana (Se), _____ de _____ de 2020.

Assinatura do participante

CASO NECESSITE DE MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE O PRESENTE ESTUDO,
FAVOR ENTRAR EM CONTATO (079) 99848-4309.
E-MAIL: waldeluciatavares@gmail.com